

MADALENA ANTUNES: AS MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE UMA SINHÁ MOÇA

Liliane Taise TAVARES ¹

RESUMO

Oiteiro: Memórias de uma sinhá moça é uma obra memorialística da escritora norte-rio-grandense Madalena Antunes. Ela nasceu em 25 de maio de 1880, no Engenho Oiteiro, em Ceará-mirim. Filha de José Antunes de Oliveira e Joana Soares de Oliveira, ela era irmã dos poetas Etelvina e Juvenal Antunes, família tradicional da região. O objetivo deste trabalho é mostrar como se dava a educação de uma sinhá moça no final do século XIX. Para tal, apresenta-se um recorte da obra. Aos 78 anos lançou sua primeira e única obra, a primeira obra memorialística feminina do nordeste, Publicado em 1958, o livro narra a infância da autora que é ambientado em Ceará Mirim na região de engenhos canavieiros, nos anos 1920, período em que na capital potiguar se destacava economicamente. Na obra Madalena Antunes é personagem e narradora, jovem da elite, que demonstrava apoio ainda de um modelo patriarcal de educação. Esse aspecto educacional feminina é pertinente ao estudo deste por se tratar de um período e de um contexto em que pouco se conhece sobre esse assunto, principalmente na realidade norte-rio-grandense, ainda jovem ela participava da vida social organizando saraus e embora vivesse em uma sociedade patriarcal, seus pais desejavam tê-la formada com uma profissão que lhe permitisse ter certa independência. A partir disso analisamos os aspectos educacionais presentes na obra, ou seja, as atitudes de Madalena Antunes face à sociedade daquele tempo, bem como a educação que as mulheres recebiam, pois se sabe que à mulher foram negados muitos direitos, inclusive o de ser escritora, visto que o cânone literário durante muito tempo não levou em consideração as criações e reflexões femininas por achá-las sem relevância. Nessa obra, a escritora mostra como se dava a educação feminina, contribuindo para que se conheça a história das mulheres nesse período, durante séculos, a mulher foi retratada, de modo geral, numa situação de subordinação e dependência do pai e/ou do marido. O acesso à educação para as mulheres era restrito, mas algumas moças de famílias abastadas conseguiam ter acesso ao ensino através de professores particulares, contratados para ensinar na casa das alunas, caso de Madalena Antunes e de seus irmãos que aprenderam a ler, em casa. Louro afirma que “A escola no Brasil parece ter sido um local de formação diversificada para homens e mulheres, tendo proposto ao longo da

¹ Graduada em Letras - Língua Portuguesa (2014.1) – Universidade Potiguar-UnP.

história objetiva diferenciada para cada um dos sexos.” (LOURO, 1987, p.13). A escrita de Madalena Antunes em *Oiteiro* pode ser caracterizada como forma de identidade feminina, utilizada como ferramenta de satisfação e manifestação de seu eu, o desejo de retratar e resgatar a infância faz com que a memória se torne tão presente na obra. Desse modo ela mantém registrado seu mundo mais íntimo, no qual podemos encontrar a sua identidade, uma identidade feminina. Na tradição literária o papel referente à mulher era sempre a de coadjuvante, santa ou pecadora, um papel estabelecido pela sociedade, os valores a elas atribuídos tinham uma finalidade moralizadora para quem os lessem, em relação à autoria feminina, havia uma grande desconfiança, dado que “a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina [o que] implicou significativas mudanças no campo intelectual, marcadas pela quebra de paradigmas e pela descoberta de novos horizontes de expectativas”. (ZOLIN, 2009, p. 217). A leitura permite conhecer o passado e refletir sobre o presente, pois considero relevante mostrar como se dava a o ensino feminino nesse século. O suporte teórico recorre-se a conceitos da *Teoria e Crítica literária Feminista: Conceitos e tendências* (2007) de Thomas Bonnici, *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas* (2009) de Thomas Bonnici e Lúcia Osana Zolin para que assim haja uma maior compreensão da obra analisada, *História da Educação* (1997) de Nelson Piletti e Claudino Piletti e *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres* (1987) de Guacira Lopes Louro, *O poder Simbólico* de Pierre Bourdieu (2001), *Mulheres no Brasil colonial* (2003) de Mary Del Priore e *A História Cultural: entre práticas e representações* de Roger Chartier (2002).

Palavras-chave: Madalena Antunes, Educação, Século XIX.

INTRODUÇÃO

Oiteiro é a primeira obra memorialista feminina do nordeste, sendo um marco na literatura feminina do Rio Grande do Norte. A infância aparece na obra como uma etapa da vida ligada à família, e percebemos que essa foi uma época feliz para a autora. Madalena Antunes recebeu uma educação privilegiada para a época, pois, apesar de viver em uma sociedade patriarcal, seus pais valorizavam a educação, mas Madalena com um pensamento e atitudes Patriarcais não considerava o estudo importante para o seu futuro. Enquanto recolhe suas lembranças e as escreve, Madalena recorda o seu tempo de menina e o livro delinea dois tempos: o vivido e o revivido.

O objetivo deste trabalho é mostrar como se dava a educação de uma sinhá moça no final do século XIX, analisar as lembranças da autora referente à educação por ela recebida. É importante ressaltar que a escolha deste tema se dá pelo fato de ainda não ter sido suficientemente explorada a escrita desta autora que, através das suas memórias, deixou um registro do passado, assinalando não só aspectos autobiográficos, mas também fatos históricos ocorridos no Rio Grande do Norte.

Oiteiro: memórias de uma Sinhá Moça foi publicado em 1958, quando Madalena Antunes contava 78 anos. Luís da Câmara Cascudo considera a autora uma admirável memorialista, que enche os norte-rio-grandenses de orgulho. No jornal *A República* ele escreve:

Nós do Rio Grande do Norte, teremos a honra de lavrar um tento, adiantando a rainha do tabuleiro de xadrez. [...] Durante o tempo em que sua voz evocou a paisagem que acercara, várias vezes senti o arrepio emocional, a alegria de rever nessa senhora tão afeita aos trabalhos de sua casa e estirpe, a magia de recompor e de reerguer do fundo da morte seres desaparecidos, fazendo-os repetir o ciclo vital na sucessão dos trabalhos e dos dias. Os poucos capítulos ouvidos me encheram de lembrança. E também de orgulho. Dona Magdalena Pereira trará o depoimento da Sinhá moça do ciclo da cana de açúcar para o processo de ajustamento e comentário que sua classe determinou. [...] (CASCUDO, 2003, p. 19 e 20)

A publicação da obra foi aplaudida por intelectuais norte-rio-grandenses como Manoel Rodrigues de Melo e Veríssimo de Melo e encontrou eco na crítica carioca, que enviou a Natal Maria Thereza, redatora chefe da revista carioca *Da Mulher para a Mulher*, para entrevistar a autora. Madalena Antunes em suas memórias fala de lembranças da infância, da família e de sua casa, lembrando a juventude passada no colégio em Recife. São personagens

reais, familiares e escravos, fatos históricos ocorridos no Brasil do século XIX e início do XX, histórias que ouviu que são partilhadas com o leitor.

O primeiro e principal aspecto que observamos é a memória como tema central da obra, pois em cada capítulo surge um registro no qual a narradora situa o leitor para o processo de libertação das suas memórias mais profundas, pois além de ser autora é também narradora, relatando a infância e os momentos vividos em família, no colégio, recordando lentamente as ações e percepções que tivera.

O trabalho se firma na perspectiva da História Cultural, cujo objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-7), na crítica feminista, isto é, num modo de leitura e análise de textos de autoria feminina questionadora da cultura dominante, bem como em estudos sobre a memória. Na obra vemos narrados, os espaços existentes para a educação feminina nesse século, os direitos que as mulheres detinham e o papel social delas, relacionando esses aspectos aos fatos históricos descritos na obra, bem como sua vida familiar e social como a escola a qual havia uma educação voltada ainda para as prendas domésticas, para ser mãe, senhora do lar ou professora e as reuniões sociais das quais Madalena Antunes participava.

A educação de Madalena Antunes, inicialmente, foi em casa com professores particulares, como o escritor Dr Abner de Brito e a poetisa Adelle de Oliveira, tendo recebido uma educação reservada às famílias tradicionais, vivendo os costumes e tradições do Oiteiro, o engenhos canavieiro de sua infância.

Aos 11 anos, Madalena Antunes foi para Recife dar continuidade aos estudos. Seu pai decidiu interná-la no Colégio São José de Recife, dirigido por freiras Dorotéias, para que ela pudesse continuar a estudar, o que era muito comum na época. A menina tinha uma falta de compromisso e atenção com os estudos e era uma aluna que chegava ao colégio atrasada nos estudos. Nesse colégio ela aprendeu a ser uma boa dona de casa, dedicando-se às prendas domésticas e aprendendo música e como cuidar e ensinar crianças.

Ela conviveu com alguns intelectuais da época como a poetisa Palmyra Wanderley, que era sua amiga, além de Esmeraldo Siqueira, Manuel Rodrigues de Melo, Veríssimo de Melo e Luís da Câmara Cascudo. Foi com o apoio e estímulo deste, de Palmyra Wanderley e de Nilo Pereira, filho do irmão, que ela publicou a obra, pois Madalena Antunes iniciou a escrita da obra como um diário sem qualquer intenção de publicação. Ela mesma expõe na obra,

Este livro não tem prefácio. Solto-o ao vento como um lenço “côncavo de beijos”, para minha tríplice geração [...] Escrevi-o sem preparo necessário ao escritor: cultura e conhecimento da língua. Mas isso não obsta a que tenhamos contato com a poesia, essa flanela que aquece a frieza da vida. [...] Quando comecei a escrever minhas memórias, não foi com intenção de publicá-las. (ANTUNES, 2003, p.13)

Madalena Antunes já havia escrito para alguns jornais da época como o jornal *O Ceará-Mirim*, (1912), com os pseudônimos de Corália Floresta e Hortência Flores. Madalena viveu nos tempos da aristocracia rural e se casou com Olympio Varela Pereira, passando a assinar como Maria Madalena Antunes Pereira. Ao casar-se, logo se muda com a família, do engenho Oiteiro em Ceará Mirim, para Natal. O casal teve cinco filhos, Abel Antunes Pereira, Ruy Antunes Pereira, Vicente Ignácio Pereira, Maria Antonieta Pereira Varella e Joana D´Arc Pereira do Couto. A partir de 1958, com a publicação da obra, ela ficou conhecida como a Sinhá-Moça do Oiteiro.

Na tradição literária o papel referente à mulher era sempre a de coadjuvante, santa ou pecadora, um papel estabelecido pela sociedade, os valores a elas atribuídos tinham uma finalidade moralizadora para quem os lessem.

Em relação à autoria feminina, havia uma grande desconfiança, dado que “a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina [o que] implicou significativas mudanças no campo intelectual, marcadas pela quebra de paradigmas e pela

As poetisas e escritoras como Madalena que usavam pseudônimos para publicar seus trabalhos o faziam por a mulher continuar a ser vista como um ser inferior, frágil, delicada e desprotegida, o que a colocava numa condição de submissão, de rebaixamento inclusive intelectual. De acordo com o sistema patriarcal vigente, a mulher teria uma fisiologia diferenciada, com predestinação para a maternidade; o homem seria o sexo forte nas relações.

Na segunda metade do século XIX a mulher ainda era vista como sexo frágil e geralmente ficava confinada no espaço doméstico, observamos que as poetisas e escritoras aproveitaram o pouco espaço que lhes era facultado e exprimiram seus anseios em trabalhos publicados em jornais da época.

Essas escritoras conquistaram esse espaço de divulgação de seus trabalhos de maneira lenta, um espaço conquistado pela palavra, um espaço ofuscado pelo tempo e pela sociedade que as privava de serem donas da própria vida. Madalena Antunes se insere nesse grupo, mas ainda assim foi a primeira a publicar suas memórias que revelam uma sociedade patriarcal dominante. O suporte teórico se dá principalmente pela *crítica literária feminista* (2009) de Lúcia Osana Zolin, *A Teoria literária feminista* (2007) de Thomas Bonnici; para a educação

feminina recorre-se a *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres* (1987) de Guacira Lopes Louro e *Mulheres no Brasil colonial* (2003) de Mary Del Priore, *História da Educação* (1997) de Nelson Piletti e Claudino Piletti. Por meio desse suporte teórico, visa-se lançar um outro olhar sobre a narrativa memorialística, desvelando de que forma as meninas eram educadas nesse período.

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX

No séc. XIX, o Brasil era palco de várias reformas ocasionadas pela chegada, em 1808, da família real portuguesa. O rei D. João VI realizou várias ações em relação ao ensino no Brasil, pois a sede do reino português ficou sendo o Rio de Janeiro, onde foram criados vários cursos profissionalizantes em nível médio e superior para tornar a capital uma verdadeira corte. O ensino brasileiro no império era dividido em três níveis o primário, secundário e superior. O ensino primário estava ligado à alfabetização com aulas para ensinar a ler e escrever e, com a chegada da corte, o número de disciplinas foi aumentado. Já o ensino secundário manteve seu nível e aumentou também em alguns estados o número de disciplinas.

Em consequência da independência do Brasil, foi outorgada em 1824 a primeira constituição, que afirmava as ideias de nacionalização da educação, afirmando que deveria haver escolas primárias, ginásios e universidades, porém a teoria não estava em consonância com a prática.

As reformas educacionais não tinham a intenção de melhorar o acesso ao ensino público, visavam valorizar o ensino secundário ao invés do primário. No Brasil a situação educacional não era diferente dos outros países nos quais o ensino para o sexo masculino e feminino eram diferenciados, pois havia as escolas exclusivas para cada sexo e nas escolas para as meninas enfatizavam-se atividades complementares aos papéis femininos de mãe e esposa.

Segundo Hahner (2003), um censo realizado no Brasil, em 1872, detectou que apenas 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever enquanto que para os homens o percentual era de 19,8%, o que demonstra um menor número de formação feminina se comparada à masculina. No final do século havia poucas profissões consideradas honradas para as mulheres, destacando-se o magistério, mas eram raras as que conseguiam ingressar no mercado de trabalho. Com o magistério, elas poderiam continuar sua vida normalmente já que esse era uma extensão das atividades femininas. Além disso, Hahner afirma que: "As professoras

recebiam um salário inferior ao dos professores [...]” (2003, p.80), o que demonstra a inferioridade sendo passada as profissionalizações.

A escola durante muito tempo era privilégio de poucos, geralmente dos ricos e dos homens, a população mais pobre não tinha acesso à educação o que reforça a segregação ou distinção social. Em relação à educação que Madalena Antunes recebeu, notamos certa submissão às normas patriarcais, como um processo de reprodução da subordinação feminina, muitas vezes negando o privilégio de ter acesso ao ensino público, muito embora esse se dê de maneira regulada e controlada, pois a mulher deveria cumprir com os deveres de esposa e mãe, portanto a profissionalização feminina deveria mantê-la nos lugares "apropriados", ou seja, a docência seria o único caminho a seguir. Conforme Guacira Lopes Louro,

Sabemos que há uma ideologia que prega um perfil feminino dócil, submisso e obediente, uma mulher dedicada apenas às funções de mãe ou participação profissional condizente com essas funções e que esta ideologia foi sendo construída ao longo dos tempos. (LOURO, 1987, p. 12)

A história educacional brasileira é marcada pelo descompasso entre a demanda social e a qualidade do ensino desenvolvido no âmbito escolar, expressando o nível de descontinuidade administrativa tradicional, na qual sua história foi marcada por interesses conservadores e, conseqüentemente, por um modelo educacional elitista e excludente.

A EDUCAÇÃO FEMININA NA OBRA

A educação feminina só recentemente passou a ser objeto de estudo dos historiadores da educação. Durante séculos, a mulher foi retratada, de modo geral, numa situação de subordinação e dependência do pai e/ou do marido. Dentro de casa, as mulheres recebiam a educação de suas mães, escravas, avós, governantas e tias, e aprendiam a: bordar, cozinhar, costurar e outros afazeres, em sua maioria, ligados ao cotidiano doméstico. Dessa forma, por um longo período, dedicaram-se ao espaço privado, e estiveram afastadas de uma educação formal.

Oiteiro traz à tona um modelo patriarcal de educação, em que a mulher deveria casar-se para ter “um futuro” e como espaço profissional só poderia ter a docência, que era vista como extensão de qualidades femininas, como o zelo e a maternidade. Madalena Antunes nos apresenta esse modelo a partir da entrada dela no colégio São José, pois, apesar dessa sociedade patriarcal, seu pai vê com bons olhos a instrução para a filha e, tendo pesquisado os melhores colégios do Brasil, resolveu matriculá-la em Recife. Madalena viu a sua ida para o

colégio como sinônimo de castigo, visto que não se esforçava para fazer as atividades escolares que lhe eram pedidas.

As prendas domésticas eram muito valorizadas, isso pode ser observado nos aprendizados adquiridos pelas ex-alunas do Colégio São José, Dona Yayá e Carlotinha, eram: “[...] Exemplos de bondade e cultura. Falavam francês e português. Elas sabiam mais do que o professor da cidade. Uma tocava piano admiravelmente e a outra bordava a ouro e desenhava muito bem.” (ANTUNES, 2003, p. 43).

Elas eram vistas socialmente, inclusive pela família da autora, como um exemplo a ser seguido por Madalena, influenciando assim, a escolha do colégio no qual seria educada.

A partir da obra observamos uma sociedade patriarcal na qual o homem é o ser dominante em relação às questões sociais das quais decorrem também os assuntos educacionais. Foram os homens que ditaram durante muito tempo as leis a serem seguidas pelos cidadãos e, além disso, o ensino esteve vinculado, no Brasil, à Igreja, por isso os colégios eram, naquele tempo, geralmente religiosos, e as meninas, na maioria das vezes, eram ensinadas por freiras. Podemos observar esse aspecto do ensino vinculado à religião, pois o Colégio São José era dirigido por duas freiras Dorotéias e se localizava próximo à igreja. As alunas ao chegarem ao colégio tinham os seus objetos numerados e até a ida ao confessionário era determinada pela numeração, como Madalena nos conta "O meu número era 1. Assim foi marcada toda a minha roupa. E o meu cartão para a confissão rezava assim: - 'O número 1 deseja confessar-se'". (ANTUNES, 2003, p. 63)

Esses colégios tinham como função ensinar as alunas a ler e escrever, mas o propósito principal era ensinar as regras de moral para o convívio social, aspecto muito importante nessa sociedade, ou seja, a educação estava atrelada à moral das pessoas, principalmente das meninas, pois:

[...] a educação foi controlada pela igreja e tinha como principal finalidade educar o indivíduo segundo os ensinamentos das sagradas escrituras, interpretados pelas autoridades eclesiásticas. E [...] a religião não deixou de exercer sua influência quase exclusiva sobre a educação. (PILETTI, PILETTI, 1997, p.75)

Com as mudanças ocorridas na esfera política e social - a vinda da família real para o Brasil, a independência do Brasil e proclamação da República – ocorreram mudanças que giravam em torno da priorização do ensino secundário. As atividades intelectuais da mulher se intensificam com a modernidade. Em um breve contexto histórico, recordamos que esse é um

período de transformações políticas e sociais – fim da escravatura e a proclamação da República – que trouxe severas preocupações ao Estado e à Igreja. A necessidade de novos meios de promover a educação feminina fez com que a Igreja procurasse medidas de se adequar à nova realidade, tendo surgido colégios para meninas vinculados à Igreja, cujo público alvo era a burguesia. A partir desse momento, discussões sobre a educação da mulher vêm à tona, e o acesso das meninas ao ensino passa a ser importante, preparando a mulher para assumir as funções domésticas e para a educação das crianças.

Observamos que na obra há um capítulo que descreve as experiências escolares que Madalena teve e ela nos revela sua falta de entusiasmo e de gosto pelos estudos: “Por muito tempo ainda, fui a maior preocupação dos meus pais, por não ter amor ao estudo”. (ANTUNES, 2003, p. 37). Ela continua manifestando um descontentamento em relação ao aprendizado da leitura, mas disfarça para o pai quando ele a chama para passar a lição. Ela conta:

[...] todos se saíam bem, menos eu, a mais velha da “escola”, que era composta apenas de mim e de meus irmãos. Com grande dificuldade cheguei ao livro de primeira leitura. Se o folheava é porque continha muitas gravuras e histórias que eu achava lindas! (ANTUNES, 2003, p.37)

O acesso à educação para as mulheres era restrito, mas algumas moças de famílias abastadas conseguiam ter acesso ao ensino através de professores particulares, contratados para ensinar na casa das alunas, caso de Madalena Antunes e de seus irmãos que aprenderam a ler, em casa. Louro afirma que “A escola no Brasil parece ter sido um local de formação diversificada para homens e mulheres, tendo proposto ao longo da história objetivos diferenciados para cada um dos sexos.” (LOURO, 1987, p. 13).

Assim ocorreu também com Madalena Antunes, pois a sua ida para um internato para meninas se destinava a aprender o necessário para sua formação, ou seja, estudaria o que convinha para uma mulher: ser uma dona de casa, cuidar dos filhos e, se desejasse uma profissão, o magistério. Já para os homens seria adequado o Direito ou a Medicina, cuidar dos negócios da família ou algum cargo público.

Madalena foi para um colégio religioso no qual aprenderia a ler e escrever, mas ela sentia dificuldade na aprendizagem e inconscientemente revela um pensamento de inferioridade como uma característica da dependência e sujeição que tinha em relação ao sexo masculino, configurando, assim, uma identificação com o modelo patriarcal. Vivia-se

Na fase do país independente, com as modificações que se processam a nível internacional, ampliou-se um pouco mais a preocupação oficial com a instrução feminina, mas colocada ainda, evidentemente, em nível muito inferior à dos homens [...] (LOURO, 1987, p. 14)

A autora ainda nos faz perceber a mudança entre a educação de sua mãe e a sua e nos fala das dificuldades que a mãe outrora enfrentara para aprender a ler, em uma época em que a educação feminina era mínima ou nenhuma independente da classe social à qual a mulher pertencia. Sua mãe conseguiu aprender a ler e escrever às escondidas, como se o ensino para a mulher fosse irrelevante, sem função nas práticas sociais desse período:

Os pais não a puseram na escola para não aprender a escrever a namorados. Inteligente, conseguiu às ocultas tomar lições com uma vizinha que morava na mesma praia [...] onde ela nasceu, e assim, vencendo dificuldades aprendeu a assinar o nome e ler qualquer livro. (ANTUNES, 2003, p. 41)

O exemplo da mãe de Madalena demonstra o processo de exclusão intelectual ao quais as mulheres eram submetidas, pois a educação feminina era tida como irrelevante. Não existia uma preocupação do poder público quanto ao acesso de todos os cidadãos à educação e, em consequência do discurso de que a mulher deveria se resguardar para o cuidado com a família, algumas mulheres não apresentavam nenhum interesse em serem instruídas, afinal elas não tinham para quê estudar. Um pensamento patriarcal relacionado ao poder dominante na sociedade está atrelado a leis que norteiam a educação feminina, numa prática de superioridade intelectual masculina em relação às mulheres, por isso a dificuldade do acesso à instrução para elas.

Observamos no comportamento de Madalena Antunes certo conservadorismo em suas atitudes e pensamentos, um conservadorismo presente também na sociedade, uma vez que:

[...] após essas primeiras letras, as mulheres tinham apenas uma educação para o casamento e para as funções domésticas. Com isso é de se explicar por que grande parte delas se mantinha conservadora, assustada com as inovações e transformações sociais ou alheias as mudanças políticas que se faziam no país. (LOURO, 1987, p. 27)

A delicadeza e a feminilidade eram imprescindíveis para as mulheres, elas eram vistas e notadas pelas características naturais do sexo feminino, logo tinham que aprender bons modos, pois seriam incumbidas de cuidar da casa, dos filhos e da aparência física e social da família. Embora algumas mulheres participassem e oferecessem festas e saraus como fazia

Madalena Antunes, as possibilidades de ascensão através da educação eram poucas e vinculadas apenas à docência. A elegância deveria combinar com o seu aprendizado de francês e do piano.

É através das suas reminiscências que Madalena Antunes nos coloca perante o passado, através das lembranças das vivências com a família e da paisagem natal onde vivera e nos faz enxergar além, segundo Medeiros essa forma de leitura a partir da crítica feminista, “Trata-se tão somente de elucidar a necessidade de trazer junto a obras de tantas outras épocas a presença feminina, e aqui referimo-nos especificamente à literatura brasileira e potiguar” (2010, p. 21).

A escrita e a leitura para as mulheres foram, durante muito tempo, proibidas, pois, a sociedade patriarcal considerava que representavam um perigo para a educação feminina, por levarem a uma autonomia indesejável. Existia também uma cultura de inferiorização, de exclusão na qual elas eram consideradas incapazes de produzir, ou adquirir conhecimentos científicos. Segundo Perrot, “Mais do que ao escrito proibido, é ao mundo calado e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória [e] [...] os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade.” (2005, p. 37, 39).

As mulheres que viviam nessa época tinham a incumbência de transmitir as histórias vivenciadas em família, fixando e obtendo dessa forma uma identidade no processo temporal. Segundo Perrot, houve:

[...] certa recusa da fala feminina, desqualificada pelos meios de comunicação modernos, pelos sucessos saltitantes do escrito: correspondência, cartões postais, diários. E ao mesmo tempo, perda insidiosa de uma função tradicional e ruptura de antigas formas de memória. (2005, p. 40)

Em *Oiteiro* percebemos que o poder simbólico é exercido nas relações sociais descritas na obra. Esse é um “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2001, p. 8). O poder simbólico, na verdade, é um poder exercido sobre o outro em que há sempre uma relação de dominação, onde aparentemente o dominado escolhe livremente ser dominado, porém essa é uma dominação simbólica, na qual o dominante não exerce qualquer força para exercê-la, pois conta com a adesão do dominado. O patriarcado tem vindo a perpetuar-se através desse poder simbólico no qual as mulheres reduplicam a

ideologia da submissão até como forma de sobrevivência social, gerando o patriarcalismo. Logo,

O conceito de patriarcalismo está ligado às estruturas do poder envolvendo gênero e incorpora divisões de classe, raça, etnicidade e outras. Surgiu através de fenômenos sociais e culturalmente construídos na aparente não-igualdade dos sexos. (BONNICI, 2007, p.199)

O patriarcado é um sistema de organização social onde há um grupo de indivíduos que é superior e dominante, esses indivíduos são sempre homens, e o outro grupo são as mulheres, consideradas inferiores, por isso sem direitos. O patriarcado surgiu nos tempos primitivos, tendo gerado divisão das tarefas, criando uma estrutura de poder que situa as mulheres abaixo dos homens, causando a desigualdade entre os sexos: aos homens, o poder, às mulheres, a submissão. Segundo Zolin (2009), a superioridade masculina a partir desse sistema atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas e estabeleceu papéis sexuais e sociais distintos.

Na obra percebemos como esse poder sutilmente se apresenta nas atitudes da autora, por exemplo, ela não se interessa em dar continuidade aos estudos, sempre aceita as decisões de seu pai e somente edita a obra depois de muitos anos na velhice e ainda com ressalva, atitudes que evidenciam:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos enérgicos que descrevem as relações sociais como relações de força [...] (BOURDIEU, 2001, p.15).

O poder simbólico é realizado através de uma ordem constituída e aceita por todos como legítima onde a aceitação do domínio do outro, sobre o outro é perpetuado, no qual há uma aceitação das diferenças como algo natural, sejam elas, sociais, econômicas, políticas ou de gênero. Assim, a mulher é considerada o sujeito inferior, sobrepujado, muitas vezes sem voz, voz que se cala perante a voz masculina, em que esta sempre domina.

Esse poder promoveu uma sociedade centrada no homem que tem a autoridade, gerando a desigualdade social entre os sexos. Essa desigualdade está enraizada na sociedade patriarcal, por isso era difícil para as mulheres enxergar e lutar contra tal desigualdade. Madalena Antunes aceita as normas sociais e vê essas diferenças como algo natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oiteiro: memória de uma sinhá moça traz descrições da vida de Madalena Antunes, passagens tocantes de vivências de um tempo já tão afastado de nós e que só nos é acessível por meio dos registros escritos. Tendo vivido os primeiros anos da sua vida no Oiteiro, Madalena Antunes apresenta na obra as vivências que ficaram registradas na memória, pois é no passado que ela encontra os momentos mais felizes da sua vida e o Oiteiro é o lugar inesquecível de sua infância, onde ela foi feliz.

A obra analisada nos permitiu conhecer como era a vida de uma sinhá moça no final do século XIX, a educação que recebia, a vida na casa-grande de um engenho canavieiro, as festas religiosas e episódios marcantes da história do Brasil, como a libertação dos escravos. As memórias de Madalena Antunes apresentam a vida de uma família aristocrática do vale de Ceará-Mirim, cujo patriarca tinha a preocupação com a educação não só dos filhos, mas também das filhas. Pelas memórias da autora, acompanhamos a sua vida não só nesse engenho, mas também no Colégio São José, em Recife, onde ficou interna para fazer os estudos.

Como podemos observar no livro, a educação que Madalena recebeu, embora diferenciada da maioria das mulheres daquele tempo, mostra que começou a haver uma abertura para a ascensão da mulher na área profissional e para a equidade de gêneros. Nessa época isso foi relevante, é hoje, uma vez que a continuamos lutando pela igualdade de direitos, sobretudo no mercado de trabalho. O Rio Grande do Norte teve um papel importante na luta das mulheres, não só pela obra pioneira de Nísia Floresta no campo dos direitos das mulheres, mas também por ter sido o estado onde primeiro as mulheres voltaram e foram votadas.

A história das mulheres é uma história em construção e são essas narrativas, como a de Madalena Antunes, que nos permitem conhecer melhor o passado e contribuir para a escrita de uma história em que as mulheres também sejam partícipes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: Memórias de uma sinhá-moça. 2. ed. Natal: A. S. Editores, 2003. (Col. Letras Potiguares).
- BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Literária Feminista**: Conceitos e Tendências. Maringá: Eduem, 2007.
- BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria Literária**: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CASCUDO. Luís da Câmara. Transcrito d'A República, órgão oficial do Estado. In: ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: Memórias de uma sinhá-moça. 2ª ed. Natal: A. S. Editores, 2003. (Col. Letras Potiguares).
- DEL PRIORE, Mary. 2ª edição. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2003.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). 10ª edição. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUARTE, Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de (Org.). **Literatura do Rio Grande do Norte**: Antologia. Natal: Fundação José Augusto, 2001.
- HAHNER, June E. **Emancipação do Sexo Feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. 2ª edição. **Prendas e Antiprendas**: Uma escola de mulheres. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 1987.
- MEDEIROS, Aldinida. **Memória e Autoria Feminina em Oiteiro**. Disponível em Imburana – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 1, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufm.br/index.php/imburana/article/view/856/790>>. Acesso em 20 de outubro de 2012.
- PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo, Editora Ática, 1997.